

Consumidores comemoram fim da “Taxa das Blusinhas”

Especialista aponta impacto da medida no varejo nacional

Por Agatha Amorim

A medida provisória publicada pelo governo federal que zera o imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 deve reduzir os preços de produtos vendidos em plataformas estrangeiras e estimular novamente o consumo online entre brasileiros. A avaliação é da economista Sonia Vilela, que também aponta possíveis impactos para o comércio local e para pequenas e médias indústrias nacionais.

A chamada “taxa das blusinhas” ganhou repercussão nacional após a cobrança de impostos sobre compras internacionais de pequeno valor em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress. Na terça-feira (13), o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou uma medida provisória zerando o imposto de importação para encomendas de até US\$ 50. O ICMS, no entanto, continua sendo cobrado. Segundo o governo federal, a medida busca reduzir custos para consumidores e simplificar as regras para compras internacionais de pequeno valor.

Para Sonia Vilela, a decisão deve provocar impacto direto no comportamento de consumo dos brasileiros, principalmente entre pessoas que costumavam fazer compras frequentes em plataformas internacionais antes da implementação da taxa.

Segundo a economista, os produtos importados de baixo valor tendem a ficar mais baratos com a retirada da cobrança federal, apesar da manutenção do ICMS e da influência do dólar sobre os preços finais dos produtos.

“Os produtos importados de baixo valor agregado passam a ficar mais baratos. Porém, se a taxa de câmbio continuar a desvalorizar, essa redução de preços tende a aumentar”, afirmou.

Ela acredita que a tendência é de retomada das compras em plataformas internacionais, principalmente no caso de produtos populares vendidos por menos de US\$ 50.

A especialista também destaca que o impacto da medida deve ir além do consumo. Segundo ela, a redução da taxa pode aumentar o volume de vendas online e movimentar setores ligados à logística e aos fretes, que cresceram junto com a popularização das plataformas digitais de importação nos últimos anos.

Retomada das compras

A nutricionista Beatriz Ferreira contou que reduziu bastante as compras em plataformas internacionais após a implementação da



Unplash

Redução da cobrança sobre importados divide consumidores, comércio e indústria

Ricardo Stuckert/PR



Medida Provisória foi assinada pelo presidente Lula na terça (12)

taxa. Consumidora frequente de sites estrangeiros ela conta que passou a evitar os aplicativos depois que os preços finais começaram a subir.

Segundo Beatriz, muitos produtos considerados baratos deixaram de compensar financeiramente por causa do aumento no valor total das compras.

“Meus carrinhos ficavam cheios, mas eu desanimava em pagar tanta taxa e desistia”, relatou.

Ela afirma que chegou a fazer algumas compras pontuais no último ano, mas em quantidade muito menor do que costumava comprar anteriormente.

Com a nova medida anunciada pelo governo federal, a nutricionista diz que pretende voltar a utilizar os aplicativos de compras internacionais.

“Já até comorei”, disse, aos risos. “Essa nova decisão facilita

as compras e posso voltar a comprar meus produtos baratinhos finalmente.”

A moradora de Volta Redonda Sarah Santos também afirma que diminuiu as compras em plataformas internacionais após a implementação da taxa. Ela conta que passou a priorizar apenas produtos considerados realmente vantajosos e chegou a deixar as compras online de lado durante um período. Após a implementação da taxa, passou a dar preferência ao comércio local.

“Literalmente parei de comprar coisas online durante um tempo. Dei preferência para comprar coisas aqui na cidade mesmo”, contou.

Comércio e indústria

De acordo com Sonia Vilela, a implementação da chamada “taxa das blusinhas” havia sido defen-

dida principalmente por setores da indústria nacional e do comércio varejista, que argumentavam existir concorrência desleal entre empresas brasileiras e plataformas estrangeiras.

Segundo a economista, a cobrança ajudava não apenas na arrecadação do governo federal com o imposto de importação, mas também na arrecadação estadual e municipal por meio do ICMS — imposto que continua sendo cobrado mesmo após a medida provisória.

Ela afirma ainda que pequenas e médias indústrias brasileiras podem ser prejudicadas com a redução da taxa, já que muitas empresas nacionais enfrentam dificuldades para competir com os preços praticados por plataformas internacionais.

“A indústria enfrenta custos internos altos, com carga tributária e taxa de juros draconiana”, afirmou.

Para Sonia, lojas populares e segmentos ligados ao setor têxtil também podem perder competitividade diante do aumento das compras internacionais.

“As vitoriosas são as plataformas digitais”, avaliou.

A economista afirma ainda que a implementação da taxa foi resultado de pressão da indústria nacional, mas acabou enfrentando forte rejeição. Em sua avaliação, o desgaste popular da medida pode ter influenciado a decisão do governo federal de rever a cobrança em um período pré-eleitoral.

Firjan reage contra isenção de importados

A Firjan criticou a medida provisória anunciada pelo governo federal que restabelece a isenção do Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50 feitas por meio de plataformas de comércio eletrônico. Em nota divulgada nesta terça-feira (13), a federação classificou a decisão como um “grave retrocesso” para a indústria nacional, para os trabalhadores brasileiros e para o equilíbrio das contas públicas.

Segundo a entidade, a decisão contraria os próprios resultados obtidos pela tributação das plataformas internacionais nos últimos anos. A Firjan afirma que, apenas nos quatro primeiros meses de 2026, a arrecadação federal com o imposto sobre remessas internacionais somou R\$ 1,78 bilhão.

Para a federação, abrir mão da arrecadação em um momento de discussão sobre aumento de receitas públicas representa uma medida contraditória. A entidade também relacionou a mudança ao contexto eleitoral e criticou o que classificou como aumento da carga tributária sobre empresas nacionais.

A Firjan argumenta ainda que a cobrança sobre plataformas estrangeiras trouxe efeitos positivos para o mercado de trabalho desde a implantação do programa Remessa Conforme, em 2023, e da taxa das importações, em 2024. De acordo com a entidade, o comércio gerou 860 mil novos empregos diretos no período, além de 1,5 milhão de vagas na cadeia produtiva. Já a indústria teria criado 578 mil postos de trabalho.

Na avaliação da federação, a retirada da cobrança pode comprometer investimentos e prejudicar empresas brasileiras que enfrentam custos mais elevados de produção e tributação em comparação às plataformas internacionais.

A entidade cita ainda dados do Indicador de Falências e Recuperações Judiciais da Serasa Experian para afirmar que 2025 registrou o maior número de recuperações judiciais da história do país, com 2.466 processos protocolados.

Segundo a Firjan, empresas brasileiras convivem com alta carga tributária, juros elevados, custos logísticos e entraves regulatórios, enquanto plataformas estrangeiras operariam em condições mais vantajosas.

A federação também destacou que outros países passaram a adotar medidas semelhantes de tributação sobre plataformas internacionais.